



CADERNO DE PROVAS

MUNICÍPIO DE PICOS/PI

PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

EDITAL Nº 001/2023

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS



16 de julho de 2023



20 questões

8h



às 11h (03 horas)

Instruções:

- ✓ O candidato poderá se retirar do local de prova após 1 (uma) hora de duração;
- ✓ A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta;
- ✓ Para fazer a prova você usará:
 - Este caderno de prova;
 - Caneta esferográfica azul;
 - Um cartão-resposta que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura;
- ✓ Verifique, no caderno de prova, se:
 - Faltam folhas e a sequência de questões está correta;
 - Se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas;
 - Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade!

Atenção!

- ✓ Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- ✓ Para cada questão são apresentadas 4 alternativas diferentes de respostas (A, B, C, D). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- ✓ A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- ✓ Não destaque folhas da prova. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

ASSINATURA DO CANDIDATO



QUESTÕES

1. No Art. 70-A do ECA, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo como principais ações:

I. a promoção de campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos.

II. a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência.

III. Não ao apoio e o incentivo do Estado às práticas policiais de resolução imediata de conflitos que envolvam violência praticada por crianças e adolescentes. Está (ão) correta (s) apenas as alternativas:

A I.

B II.

C III.

D I e II.

2. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, assinale a alternativa correta:

A. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

B. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 2 (dois) Conselhos Tutelares como órgãos integrantes da administração pública local, composto de 4 (quatro) membros, escolhidos pela população local para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução por novos processos de escolha.

C. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos dentre os seguintes requisitos: reconhecida idoneidade moral, idade superior a 21 (vinte e um) anos e residir no município.

D. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é permitido ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 132, em cada município e em cada região administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1



(um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de:

- A. De 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- B. De 3 (três) anos, sem direito à recondução.
- C. De 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- D. De 5 (cinco) anos, sem direito à recondução.

4. De acordo com o Art. 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”. Baseado neste artigo, a interpretação correta é:

- A. É um órgão da sociedade brasileira, com a missão de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e o potencial de contribuir para mudanças profundas no atendimento à infância e adolescência.
- B. Não é autônomo e independente significa ser solto no mundo, desvinculado aos demais órgãos.
- C. Autonomia significa uma ação arrogante, sem bom senso e sem limites.
- D. Não jurisdicional significa que integra o Poder Judiciário.

5. De acordo com o art. 136 do ECA, são atribuições do Conselho Tutelar, exceto:

- A. Atender e aconselhar pais e responsável, aplicando as medidas previstas no Art.129, I a VII.
- B. Promover a execução de suas medidas.
- C. Encaminhar a autoridade judiciária os casos de sua competência.
- D. Não poderá expedir notificações.

6. Sobre as afirmações a seguir, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- I. Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública é garantia de **prioridade**, prevista no art. 4º da Lei nº 8.069/90.
- II. Opinião e expressão é um dos aspectos de garantia do **direito à liberdade**, prevista no art. 16 da Lei nº 8.069/90;
- III. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, naturalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.
- IV. Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.

SÃO VERDADEIROS:

- A) Apenas os itens I e II.



- B) Os itens I, II e IV.
- C) Os itens I, III e IV.
- D) Apenas os itens III e IV.



7. *“A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa... (Art. 39 §1º - Estatuto da Criança e do Adolescente). De acordo com o que prevê o ECA, é CORRETO afirmar:*

- A) A adoção não poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença.
- B) É vedada a adoção por procuração.
- C) Podem adotar apenas os maiores de vinte e um anos, independentemente do estado civil.
- D) A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 120(cento e vinte) dias, observadas a idade da criança e do adolescente e as peculiaridades do caso.

8. **Em relação à profissionalização prevista na Lei nº 8.069/90, são verdadeiras as afirmações, EXCETO:**

- A). É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- B). É vedado ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental o trabalho noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.
- C) O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados, entre outros aspectos: respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.
- D) A proteção ao trabalho dos adolescentes não é regulada por legislação especial, estando regida apenas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

9. **“A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”(Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente). Para o cumprimento do que prevê esse artigo, identifique a alternativa INCORRETA:**

- A). É assegurado à criança e ao adolescente acesso à escola pública e gratuita, próximo à sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica;
- B). Aos pais ou responsáveis não é permitido ter ciência do processo pedagógico nem participar da definição das propostas educacionais, sendo esta uma responsabilidade apenas dos estabelecimentos de ensino;
- C) A criança e ao adolescente tem direito de organização e participação em entidades estudantis;
- D). É assegurado à criança e ao adolescente igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.



10. Em consonância com as medidas de proteção (previstas nos Artigos 98, 99, 100 e 101 do ECA) e as medidas socioeducativas (previstas no Art. 112 do ECA), as medidas de Prestação de Serviços à Comunidade, Encaminhamento aos Pais ou Responsável, mediante Termo de Responsabilidade e Liberdade Assistida, são respectivamente:

- A) Medida de Proteção/ Medida de Proteção/ Medida Socioeducativa
- B) Medida Socioeducativa/ Medida de Proteção/Medida de Proteção
- C) Medida Socioeducativa/Medida Socioeducativa/Medida de Proteção
- D) Medida Socioeducativa/Medida de Proteção/Medida Socioeducativa.

11. O Estatuto da Criança e do Adolescente considera ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. As medidas socioeducativas previstas no Art. 112 da Lei nº 8.069/90 são aplicadas:

- A). Ao adolescente, pela prática de ato infracional;
- B). Aos pais ou responsável, por falta, omissão ou abuso;
- C). À criança e ao adolescente, por evasão escolar;
- D). À criança, pela prática de ato infracional.

12. De acordo com o Art. 136, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, é atribuição do Conselho Tutelar "atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no Art. 129, I a VII". Das medidas a seguir, identifique aquela NÃO aplicada pelo Conselho Tutelar:

- A) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- B) Encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família;
- C) Perda da guarda;
- D) Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.

13. Benjamim tem 11 anos e 11 meses e frequenta o Ensino Fundamental numa escola próxima à sua residência. Jonas tem 12 anos e frequenta a mesma escola que Benjamim. Pedro e Joaquim são amigos de Benjamim e Jonas e têm, respectivamente, 10 e 11 anos. Levando-se em conta o que prevê o Estatuto da criança e do Adolescente em seu art. 2º, é CORRETO afirmar:

- A) Pedro é criança e Joaquim, adolescente;
- B) Jonas é criança e Benjamim, adolescente;
- C) Benjamim e Jonas são adolescentes;
- D) Benjamim é criança e Jonas, adolescente.

14. Sobre o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Resolução CONANDA nº 113/2006), analise as informações a seguir:



- I. O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal;
- II. Os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil, que integram esse sistema, deverão exercer suas funções, em rede, a partir dos eixos estratégicos de ação: defesa dos direitos humanos; promoção dos direitos humanos; e controle da efetivação dos direitos humanos;
- III. O eixo estratégico da promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes operacionaliza-se através do desenvolvimento da “política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”, prevista no art. 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que integra o âmbito maior da política de promoção e proteção dos direitos humanos.
- A) São verdadeiros os itens I e III;
B) São falsos os itens I e III;
C) Todos os itens são verdadeiros;
D) São falsos os itens II e III.

15. No capítulo sobre o direito à profissionalização e à proteção no trabalho, inserido no Estatuto da Criança e do Adolescente, é afirmado que ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, é assegurado:

- A) Bolsas auxílio de aprendizagem permanente.
B) Trabalhos protegidos para quem não tem deficiência física.
C) Salários condizentes com a carga horária de oito horas diárias.
D) Os direitos trabalhistas e previdenciários.

16. O ECA sancionado em 13 de julho de 1990, principal instrumento normativo do Brasil sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, teve algumas emendas, dentre elas, uma que determina o atendimento integrado com o objetivo de prevenir a “vitimização” da criança e do adolescente pelos serviços da rede de proteção. A Lei que estamos falando é:

- A) Lei da Escuta Protegida Lei 13.431 de 04 de abril de 2017.
B) A Lei de 13.146 de 2015- Estatuto da Pessoa com Deficiência.
C) Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.
D) Lei 11. 741 de 2003- Estatuto do idoso.

17. A medida socioeducativa de internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e:

- A) Excepcionalidade.
B) Pontualidade.
C) Regularidade.
D) Responsabilidade.



18. Da Colocação em Família Substituta, o Art. 165 do ECA, preconiza que são requisitos para a concessão de pedidos de colocação em família substituta. Responda qual a questão correta:

- I - Qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste;
 - II - Indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo;
 - III - Qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos;
 - IV - Indicação do cartório onde foi inscrito nascimento, anexando, se possível, uma cópia da respectiva certidão;
- A). Apenas I e III estão corretas.
 - B). Apenas I e IV estão corretas.
 - C). Apenas III e IV estão corretas
 - D) Todas as alternativas estão corretas

19. De acordo com o art. 141 do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, é garantida o acesso de toda criança e do adolescente a Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário por qualquer de seus órgãos. Assinale a seguir a alternativa correta:

- A) Assistência jurídica paga e prestada pelos defensores públicos.
- B) As ações judiciais de competência do Conselho Tutelar.
- C) Assistência Jurídica gratuita será prestada aos que dela necessitem, através de defensor público ou advogado nomeado.
- D) As Ações judiciais não são isentas de custas e emolumentos, sem ressalva.

20. Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, identifique a alternativa CORRETA:

- A) Instituído pela Lei Federal nº 8.742, de 07/12/1993.
- B) Instituído pela Resolução CONANDA nº 113 de 19/04/2006.
- C) Instituído pela Lei Municipal nº 2.691 de 02/10/2015.
- D) Instituído pela Lei Federal nº 8.069 de 13/07/1990.